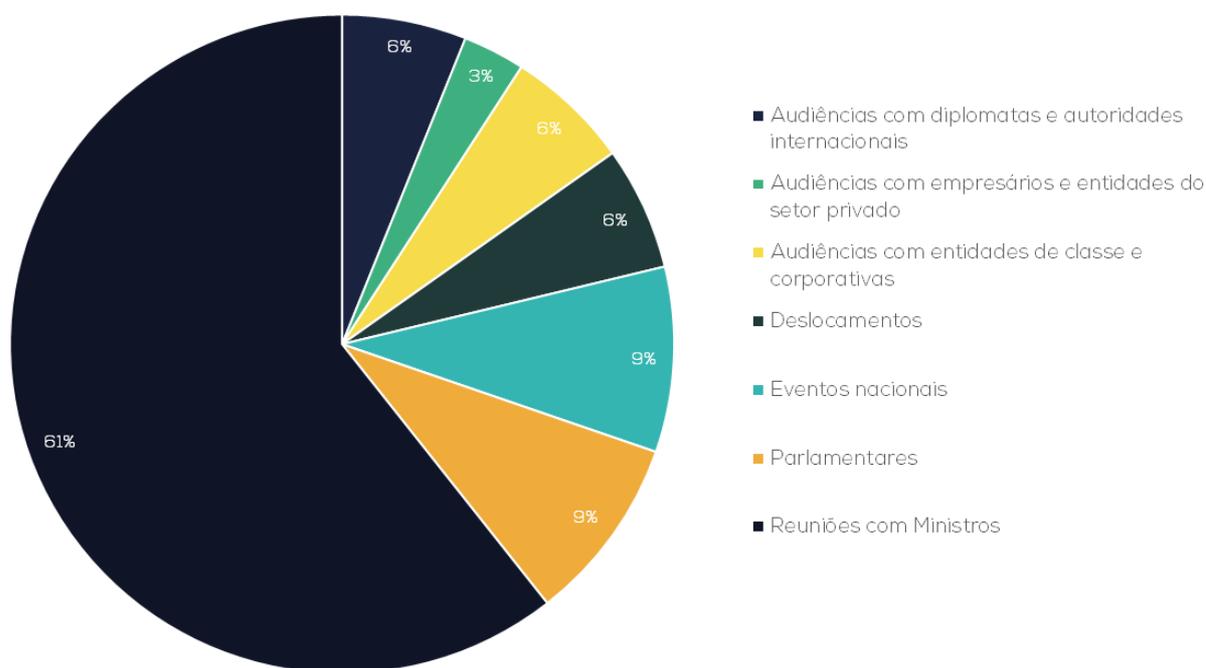


André Mendonça assume como Ministro da Justiça e Segurança Pública

Na Câmara, deputados apresentam sete projetos de decreto legislativo para sustar portaria do Exército que revogou normas sobre controle de armas e munições

Na quarta-feira (29/4), o presidente Jair Bolsonaro deu posse ao novo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. A cerimônia contou a presença de várias autoridades do governo. Na quinta-feira, o presidente voou para Porto Alegre, onde presidiu a cerimônia de troca do Comandante Militar do Sul. No domingo, Bolsonaro mais uma vez participou de uma manifestação de apoio ao seu governo, desta vez em frente ao Palácio do Planalto.

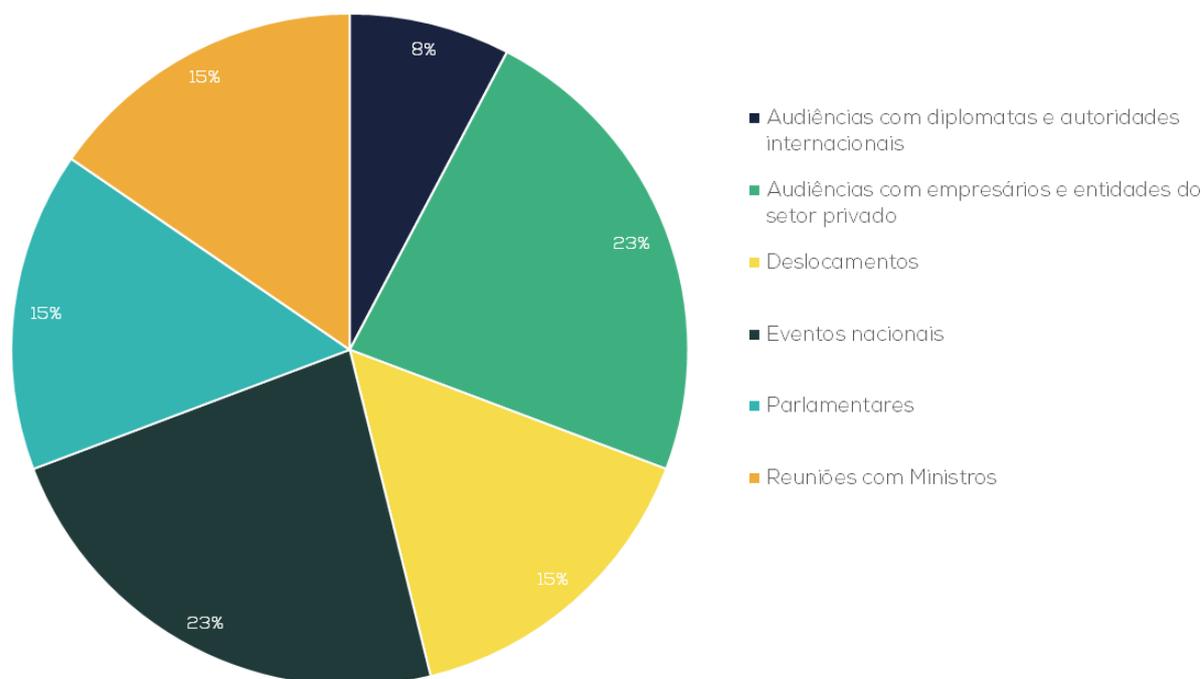
Agenda oficial do Presidente da República, entre 27/04 e 03/05



O vice-presidente Hamilton Mourão se reuniu por videoconferência com o embaixador da China, Yang Wanming. Também por videoconferência, Mourão conversou em separado com os presidentes do Banco Safra e do Banco Itaú.

Já o secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theóphilo, cumpriu expediente interno, enquanto o diretor-geral do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), Fabiano Bordignon, se reuniu por videoconferência com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Agenda oficial do Vice Presidente da República, entre 27/04 e 03/05



Legislativo

Sete projetos de decreto legislativo (PDL) estão em tramitação na Câmara dos Deputados para sustar a portaria do Comando Logístico (COLOG) do Exército Brasileiro, que revogou normas sobre controle, rastreabilidade e identificação de armas de fogo e munições (Portaria 62/2020).

O PDL 156/2020, de autoria do deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), foi a primeira proposta com esse objetivo a ser apresentada na Câmara dos Deputados. Em seguida, foram apresentados o PDL 157/2020, do deputado Aliel Machado (PSB/PR); o PDL 160/2020, do deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ); os PDLs 168 e 178/2020, do deputado Beto Pereira (PSDB/MS); o PDL 173/2020, da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC); e o PDL 182/2020, da deputada Tabata Amaral (PDT/SP).

Para o deputado Molon, a edição da Portaria 62/2020 representa um retrocesso no controle e rastreamento de armas e munições no Brasil, posição que é corroborada pelo deputado Aliel Machado na justificativa do PDL de sua autoria. Machado ressalta ainda que o ato do Exército atropela a discussão já existente no Congresso, que analisa proposições para regular a identificação de armas de fogo e munições.

As deputadas Tabata Amaral e Perpétua Almeida argumentam que o presidente Bolsonaro extrapolou competências ao determinar a edição da Portaria 62, que seria decisão exclusiva do Exército Brasileiro. Elas lembram também que há uma investigação em curso no Ministério Público Federal (MPF) para apurar a interferência do Presidente.

Já o deputado Beto Pereira ressalta que a portaria editada pelo COLOG favorece apenas o setor bélico e afirma que “a medida adotada não pode subsistir porque conspira contra o interesse público já que a segurança da sociedade é prioridade assegurada pela própria Constituição Federal”.

O deputado Marcelo Freixo também defende que a Portaria 62 é inconstitucional e lembra que, durante as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, foi identificado desvio de munições adquiridas por órgão público. Ele acrescenta ainda que “o caso não é isolado, após esse episódio outros cartuchos desviados de forças de segurança foram objetos de questionamento da imprensa, mostrando que as falhas eram diversas”.

As sete propostas tramitam em conjunto e serão analisadas pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), além do Plenário. Como as comissões da Câmara não têm previsão para serem instaladas, é provável que os projetos fiquem parados, salvo se houver a aprovação de um requerimento de urgência, o que permitiria que os PDLs sejam analisados diretamente pelo Plenário.

O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "Agenda".

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt>

